

CARTA DE ÉTICA DO CESEM

1. Enquadramento

- 1.1. A presente Carta de Ética visa promover o respeito pelos valores e normas éticas no desenvolvimento de actividades de investigação realizadas no âmbito do Centro de Estudos em Música (CESEM). Esta Carta surge no âmbito geral da missão e competências da Comissão de Ética do CESEM.
- 1.2. A Carta de Ética do CESEM tem como objectivos:
 - 1.2.1. Contribuir para a valorização da investigação no domínio das artes, humanidades e ciências sociais.
 - 1.2.2. Promover a reflexão crítica sobre todo o processo de investigação, que inclui a conceptualização, planeamento, gestão, condução e divulgação científica, bem como a autorregulação dos investigadores nas actividades daí decorrentes.
 - 1.2.3. Salvaguardar a segurança, dignidade e reputação dos investigadores.
 - 1.2.4. Salvaguardar a segurança, dignidade e bem-estar dos participantes nas actividades científicas que os envolvam, sempre que aplicável.
 - 1.2.5. Contribuir para a credibilidade e confiança pública na produção científica.
- 1.3. Esta Carta de Ética não tem carácter vinculativo, pretendendo apenas informar e orientar os investigadores na aplicação dos valores e normas éticas em todas as fases do processo investigativo.
- 1.4. As disposições desta Carta de Ética observam os princípios éticos e legislação correspondente, bem como as orientações nacionais, europeias e internacionais aplicáveis aos domínios científicos presentes no CESEM, sendo exemplos não exaustivos os seguintes: i) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)¹; ii) a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2016)²; iii) a Convenção sobre os Direitos da Criança (2019)³; iv) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009)⁴; v) a Carta Europeia dos Investigadores (2005)⁵; vi) o Regime

¹ *Diário da República*, 2.ª série, N.º 243, 16 de dezembro de 2013. Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://diariodarepublica.pt/dr/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>.

² Jornal Oficial da União Europeia, C202/389, 7 de junho de 2016. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

³ UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Comité Português para a Unicef. Obs: ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, publicado em *Diário da República*, 1.ª série, N.º 146, 30 de julho de 2009. *Convention on the Rights of persons with disabilities*. <https://files.dre.pt/1s/2009/07/14600/0490604929.pdf>

⁵ Comissão Europeia (2005). *Carta Europeia dos Investigadores – Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes. ISBN 92-894-9318-6. https://euraxess.ec.europa.eu/sites/default/files/brochures/eur_21620_en-pt.compressed.pdf

Jurídico das Instituições de Investigação Científica (2019)⁶; vii) a Lei de Proteção de Dados Pessoais (2019 – versão atualizada)⁷; viii) os Estatutos da Universidade NOVA de Lisboa⁸, sem prejuízo dos estatutos das instituições onde estão sediados os pólos do CESEM; e ix) o Código de Ética da Universidade NOVA de Lisboa (2014)⁹.

- 1.5. As disposições desta Carta de Ética não dispensam, substituem ou se sobrepõem à consulta e leitura da legislação e documentação referidas no ponto 1.4., ou da documentação própria de outros países, sempre que a investigação por parte dos membros do CESEM ocorra em países terceiros.
- 1.6. A Carta de Ética do CESEM constitui-se como um documento passível de alterações tendo em vista uma contínua melhoria e actualização face à evolução das exigências éticas no processo de investigação científica.

2. Princípios de conduta

Liberdade

- 2.1. O CESEM promove a liberdade de pensamento e expressão no seio da sua comunidade.
- 2.2. O CESEM valoriza a autonomia dos investigadores, a liberdade científica na selecção de temas para investigação e o direito de agir segundo os seus valores, sempre na observância das normas elencadas nesta Carta de Ética.
- 2.3. O CESEM acolhe a diversidade de paradigmas teóricos e metodológicos existente nos seus grupos de investigação, núcleos e linhas temáticas.

Integridade e Transparência

- 2.4. A investigação realizada pelos investigadores do CESEM deve pautar-se pela honestidade intelectual e rigor científico ao longo de todo o processo investigativo.
- 2.5. O processo investigativo deve ser orientado pela transparência e veracidade dos procedimentos, dos dados, dos resultados, das interpretações e das implicações para a comunidade científica e sociedade, não utilizando nem ocultando más práticas de investigação.
- 2.6. Os investigadores devem identificar e manifestar conflitos de interesses reais e/ou potenciais relacionados com qualquer fase do processo de investigação.

⁶ Decreto-Lei n.º 63/2019 publicado em *Diário da República*, 1.ª série, N.º 94, 16 de maio de 2019. <https://files.dre.pt/1s/2019/05/09400/0246602475.pdf>

⁷ Lei n.º 58/2019 publicada em *Diário da República*, 1.ª série, N.º 151, 8 de julho de 2019. *Regulamento Geral da Proteção de Dados*. <https://files.dre.pt/1s/2019/08/15100/0000300040.pdf>

⁸ Despacho Normativo n.º 3/2020, publicado no *Diário da República*, N.º 26/2020, 2.ª série, 6 de Fevereiro de 2020.

⁹ Despacho n.º 15464/2014 publicado em *Diário da República*, 2.ª série, N.º 245, 19 de dezembro de 2014. *Código de Ética da Universidade Nova de Lisboa*. https://www.unl.pt/sites/default/files/unl-codigo_de_etica.pdf

- 2.7. Os contributos de terceiros que participem de modo relevante em qualquer fase de processo de investigação, desde a conceptualização, planeamento, gestão, condução até à divulgação científica, devem ser reconhecidos de forma apropriada, tendo em conta o trabalho realizado.
- 2.8. Qualquer tipo de má conduta, plágio, fabricação de dados ou falsificação é inadmissível em qualquer fase do processo investigativo.
- 2.9. Os investigadores do CESEM não farão uso da sua influência para fins pessoais ou para benefício de familiares ou amigos.

Equidade e Respeito

- 2.10. A investigação realizada no âmbito do CESEM deve ser orientada pelo tratamento equitativo nas relações pessoais e institucionais entre investigadores, independentemente das suas tarefas, poderes, posições académicas ou hierárquicas.
- 2.11. Os processos de investigação que têm lugar no âmbito do CESEM devem assegurar um ambiente inclusivo e plural, com igualdade de oportunidades, reconhecimento e respeito pela etnia, género, idade, orientação sexual, confissão religiosa, orientação ideológica e origem social.

Responsabilidade

- 2.12. Ao longo do processo de investigação deve ser observado o seguinte: i) as actividades de investigação devem ser conduzidas de forma rigorosa e fiável; ii) os dados recolhidos devem seguir as regras europeias e nacionais da protecção de dados, com base no Regulamento Geral de Protecção de Dados; iii) as interpretações e conclusões devem estar ancoradas em dados e evidências disponíveis e acessíveis, obtidas através de procedimentos replicáveis, permitindo um maior grau de objectividade; iv) a disseminação de resultados deve ser realizada de forma correcta, integral e imparcial.
- 2.13. A investigação realizada pelos investigadores do CESEM deve: i) privilegiar actividades com grande potencial de relevância social e científica; ii) promover a gestão sustentável dos recursos necessários, minimizando possíveis impactos negativos no ambiente.
- 2.14. Caso os processos de investigação incluam participantes, deve ser garantida a sua participação voluntária e informada, o seu anonimato, respeitada a confidencialidade da informação partilhada, garantindo-se a implementação de medidas que minimizem riscos para o bem-estar físico e/ou psicológico, caso existam. Deve ser dada especial atenção a participantes que sejam crianças ou menores de 18 anos, idosos, mulheres grávidas, prisioneiros, emigrantes, participantes com impedimentos físicos ou cognitivos ou outros considerados vulneráveis a coerção ou influência indevida.

- 2.15. Os investigadores do CESEM devem cumprir as suas obrigações éticas e profissionais no seio dessa comunidade, perante instituições financiadoras e outras entidades públicas e privadas protocoladas.

3. Orientações para a investigação

A investigação praticada no âmbito dos grupos, núcleos e linhas temáticas do CESEM inclui objetos de pesquisa muito diversos, podendo, em alguns casos, incluir participantes humanos pertencentes ou não a grupos vulneráveis. Estas orientações procuram abarcar a diversidade de métodos e âmbitos de pesquisa dos diferentes grupos, núcleos e linhas.

- 3.1. Em todos os projectos de investigação, sejam ou não objecto de candidatura a financiamento externo, deve constar uma rubrica relativa às questões éticas identificadas e a respetiva fundamentação.

Consentimento

- 3.2. Sempre que a investigação envolva participantes, deve ser incluído o consentimento voluntário e informado dos participantes ou dos seus representantes legais no caso de situações de incapacidade (motora, literacia) ou de limitação da sua autodeterminação (menores de 18 anos, dificuldades cognitivas). O consentimento deve fazer parte da concepção do projecto e ser solicitado aos participantes antes do seu início. Não obstante, ainda que o consentimento seja concedido por terceiros, a manifestação de recusa por parte do participante deve ser impeditiva da sua participação. Quando a participação é presencial, deve privilegiar-se o consentimento assinado pelo próprio ou representante legal.
- 3.3. Da informação a disponibilizar deve constar, de forma equilibrada, não demasiada extensa e escrita em linguagem acessível: i) finalidade e objectivos da investigação; ii) modalidade e tempo requerido no envolvimento dos participantes; iii) natureza voluntária da participação; iv) a possibilidade de desistir e interromper a participação em qualquer momento; v) eventuais riscos, desconfortos ou efeitos adversos associados à participação; vi) eventuais benefícios associados à participação; vii) eventuais incentivos à participação e que o investigador se compromete a oferecer; viii) eventuais limites à confidencialidade; ix) o uso de tecnologias para o registo de dados; e x) o nome e contacto do investigador responsável no caso de desejar fazer comentários ou perguntas sobre a investigação.
- 3.4. Sempre que o rumo da investigação seja alterado, o consentimento deve ser revisto e renegociado.
- 3.5. Podem ocorrer exceções ao consentimento, sempre que a investigação não envolva risco para os participantes ou quando coloque em causa os objetivos da investigação (por exemplo, se condicionar as respostas e/ou conduta dos participantes). Estas exceções devem ser devidamente justificadas e requerem a aprovação da Comissão

de Ética do CESEM. Caso aprovadas, os investigadores devem revelar e contextualizar a informação ocultada aos participantes em momento adequado.

- 3.6. A observação de actividades e eventos em espaços públicos não está sujeita a consentimento prévio. Não obstante, devem ser tomadas as precauções necessárias para anonimizar os participantes observados e minimizar o possível desconforto causado pela observação. Deve também ser disponibilizada informação de contacto, caso alguém questione sobre a finalidade da observação.
- 3.7. Sempre que a investigação inclua o procedimento de consentimento informado, deve existir feedback sobre os resultados e conclusões aos participantes ou representantes legais, quando aplicável.

Confidencialidade

- 3.8. A informação disponibilizada pelos participantes e/ou seus representantes legais deve ser tratada confidencialmente.
- 3.9. A informação que identifique os participantes de forma inequívoca deve ser anonimizada utilizando códigos, tanto no tratamento dos dados como na disseminação de resultados.
- 3.10. O dever de confidencialidade não se aplica no caso de investigações que, pela sua natureza, se debrucem sobre a vida ou espólio de participantes e/ou entidades externas, não excluindo o dever de acordo entre ambas as partes.

Recolha, armazenamento e arquivo de dados

- 3.11. Durante o processo de recolha, armazenamento e arquivo de dados, deve ser aplicada a legislação de protecção de dados em vigor a nível nacional, europeu e internacional, consoante o contexto da investigação.
- 3.12. Os dados recolhidos no âmbito da investigação devem ser armazenados e mantidos de forma segura e acessível. Durante o processo de recolha e armazenamento dos dados, apenas os investigadores envolvidos deverão ter acesso aos dados, que devem ser armazenados no computador ou discos externos protegidos com uma password.
- 3.13. Os dados recolhidos no âmbito de projectos de investigação individuais ou colectivos e que, pela sua natureza, se constituem como acervos ou base de dados digitais do CESEM (registos de som, de fotografia, filme, manuscritos, entre outros), devem ser catalogados e tornados acessíveis ao público em geral, a outros investigadores e às entidades financiadoras, sempre que existam.
- 3.14. Os dados recolhidos no âmbito de projectos de investigação individuais e coletivos e que envolvam participantes devem ser armazenados por um período mínimo de cinco anos após a data da última publicação. Após este período, a eventual eliminação ou destruição dos dados deve ser feita de acordo com os requisitos éticos e legais aplicáveis, respeitando os princípios gerais da confidencialidade, protecção e segurança dos participantes. Caso exista a possibilidade de estudos adicionais a partir dos dados

ou projectos de *spin-off*, os dados poderão ser retidos por um período adicional. Os investigadores devem informar os participantes sobre esta possibilidade.

- 3.15. Devem respeitar-se direitos de autoria de dados previamente existentes, solicitando autorização e acordando os termos da sua utilização.

Disseminação de resultados e autorias¹⁰

- 3.16. Os resultados da investigação devem ser divulgados atempadamente, por forma a salvaguardar o seu contributo original para o avanço do conhecimento científico. Não obstante, deve-se ter em consideração especificidades de carácter comercial ou intelectual que impliquem, por exemplo, o pedido e registo de patentes.
- 3.17. A publicação parcial ou integral de trabalhos anteriormente publicados, salvo reimpressões ou reedições, deve ser evitada. Caso se materialize, deve ser feita referência à primeira publicação. Não obstante, podem ser consideradas versões alargadas de trabalhos publicados anteriormente, dependendo das condições indicadas no contrato assinado com as editoras das publicações originais.
- 3.18. As autorias e coautorias devem ser definidas tendo em conta o âmbito da participação na investigação, designadamente uma contribuição significativa: i) na conceção e design da investigação; ii) na recolha e análise dos dados; iii) na interpretação dos resultados; iv) na discussão, escrita e/ou revisão do manuscrito. Todas estas condições devem ser cumpridas.
- 3.19. O trabalho e colaboração de todos os intervenientes no processo de investigação deve ser reconhecido. Se não estiver enquadrado nos critérios de autoria descritos no ponto anterior, esse reconhecimento deve ser feito em seções específicas, como os agradecimentos ou reconhecimentos, ou em notas de rodapé, explicitando o tipo de colaboração e sempre que autorizado pelos visados.
- 3.20. As autorias e coautorias devem ser definidas segundo a participação direta no processo investigativo, conforme definido em 3.18, e não de acordo com o estatuto académico ou profissional, cargo ou posição hierárquica, coordenação do grupo de investigação, cedência de espaço ou equipamentos para a investigação, financiamento ou compensação financeira, edição ou tradução do manuscrito.
- 3.21. Deve ser considerado como primeiro autor aquele que contribuiu mais para a conceção e design da investigação, a recolha e análise dos dados, a interpretação dos resultados, e que assume a principal responsabilidade pela escrita do manuscrito. A primeira autoria pode aplicar-se a alunos no caso dos conteúdos de teses de mestrado e doutoramento produzidos no âmbito de projectos de investigação.

¹⁰ Na elaboração deste tópico, foram consideradas as práticas de publicação definidas pela APA [American Psychological Association: <https://www.apa.org/research/responsible/publication>] e pelo COPE [Committee on Publication Ethics: <https://publicationethics.org>].

- 3.22. A ordem das autorias deve ser abordada ao longo do processo investigativo, especialmente no caso em que sejam integrados novos investigadores. Deve ser acordada entre todos os intervenientes, podendo ser redefinida caso se justifique.
- 3.23. Os apoios financeiros e materiais à investigação e à publicação devem ser reconhecidos e mencionados.
- 3.24. Os investigadores devem referir a existência de conflitos de interesse, por exemplo, no caso de afiliação em relação aos resultados ou possuir interesses financeiros.
- 3.25. O manuscrito deve evitar situações de má conduta, designadamente: i) plágio, por exemplo, uso de dados e conclusões de dados de terceiros; cópia de texto de outros materiais sem referência à fonte; resubmissão de uma publicação na língua original ou uma tradução usando uma autoria diferente; republicação de imagem sem referência à fonte; ii) reciclagem de texto (ou autoplágio), excepto em situações justificáveis e sempre identificando a publicação original; iii) fabricação de dados, por exemplo, registos de observação, respostas a entrevistas ou de outros materiais de investigação (por exemplo, registos áudio musicais, manuscritos musicais, consentimentos informados); iv) falsificação de dados, isto é, manipular, omitir, alterar ou distorcer dados, resultados ou materiais da investigação.
- 3.26. Sempre que aplicável, os participantes e os seus representantes legais devem ter a oportunidade de receber feedback sobre os resultados e conclusões do estudo. Por norma, o feedback deve existir nas investigações que incluam consentimento informado.
- 3.27. Sempre que aplicável, os participantes e/ou entidades externas envolvidas na investigação devem ser anonimizados/as.